

RS, Sem Medo do Futuro – Gustavo Grisa – fevereiro 2009
Cópia para download dos capítulos 1 e 2
Informações sobre distribuição no site www.gustavogrisa.com.br

GUSTAVOGRISA:.

**RS SEM MEDO
DO FUTURO**



RS, Sem Medo do Futuro – Gustavo Grisa – fevereiro 2009
Cópia para download dos capítulos 1 e 2
Informações sobre distribuição no site www.gustavogrisa.com.br

Povo que não tem virtude, acaba por ser escravo.
Do Hino Riograndense

A educação é a única variável estratégica que nunca falha para o desenvolvimento de um país.
Felipe Gonzalez, Presidente do Governo da Espanha (1982-1996)

As crueldades e obstáculos, deste planeta em rápida transformação, não podem ser mudadas por aqueles que se seguram a um presente que já está morrendo, e que preferem a ilusão de segurança ao excitamento e riscos que vêm com o progresso pacífico e definitivo. Este mundo necessita das qualidades da juventude: não um tempo na vida mas um estado de espírito, um temperamento de vontade, uma qualidade da imaginação, uma predominância da coragem sobre a timidez, do apetite pela aventura sobre o comodismo.

Robert Kennedy, em visita à África do Sul (1966) – (versão em português do autor)

Gustavo Grisa, 2009 - Todos os Direitos Reservados

Cópia para *download* do site www.gustavogrisa.com.br – capítulos 1 e 2

RS, Sem Medo do Futuro – Gustavo Grisa – fevereiro 2009
Cópia para download dos capítulos 1 e 2
Informações sobre distribuição no site www.gustavogrisa.com.br

RS, Sem Medo do Futuro

Gustavo Grisa foi um dos primeiros defensores da priorização de investimentos em segmentos de alta tecnologia e a atração agressiva de investimentos privados como uma das saídas econômicas para o Rio Grande do Sul.

Em inúmeros artigos e entrevistas publicados, tem defendido a tese de que a verdadeira causa da crise financeira e política gaúcha é a fragilidade econômica, e não o contrário.

Acredita que, apenas através de uma conjunção de estratégia e gestão e o rompimento definitivo com os corporativismos e a tradição conservadora da sociedade gaúcha, o Rio Grande atingirá um nível de desenvolvimento compatível com as suas condições históricas e sócio-educacionais.

Uma combinação contínua e complexa de entendimento do mundo, coragem e competência na ação.

Longe de procurar impor sua verdade como única, o autor procura analisar a trajetória do desenvolvimento do Rio Grande do Sul e sugerir alternativas de futuro baseadas em iniciativas que têm dado certo no mundo, lançando ao debate questões práticas que podem aumentar as oportunidades e ampliar as perspectivas do povo gaúcho, especialmente dos mais jovens.

O editor

Como Ler Esse Livro

É um livro para ser lido de mente e coração abertos. Em cada um dos capítulos, procuro abordar um aspecto importante na gestão e estratégia de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. Os diagnósticos são opiniões, e não tenho a pretensão de afirmar que essas estratégias são as melhores possíveis, muito menos as únicas. Mas prefiro dar minha cara à tapa, com opiniões realistas e sugestões possíveis, do que manter a omissão e tocar o meu dia-a-dia profissional assistindo a uma região que lentamente sucumbe diante das oportunidades do desenvolvimento.

Em nenhum momento quero ser definitivo, ou cobrir todos os aspectos de um capítulo; pelo contrário: em alguns capítulos, como o de Educação, preferi me debruçar sobre algumas sugestões do que me aprofundar em uma análise de um tema do qual muito foi dito e pelo qual muito está sendo feito.

Também pode acontecer que, na análise de algum fato, exista uma omissão ou um julgamento de valor apressado. Estou aberto ao contraditório, a eventuais reparações ou atualizações dos fatos, mas gostaria que esse livro fosse visto como uma provocação à ação e ao debate que leva à ação, provavelmente melhor e mais evoluído do que o que foi aqui sugerido.

Em economia e desenvolvimento sou um reles prático, que já assistiu e acompanhou soluções concretas mundo afora. A responsabilidade pelo Rio Grande que temos hoje foi e é de todos nós. A tarefa de conduzi-lo ao futuro também é de todos nós.

Assim é que gostaria que esse livro fosse lido: com praticidade e olhos voltados para o futuro, mas, focados nas possibilidades do presente.

Um abraço a todos, e viva o nosso Rio Grande!

O autor

Capítulos

1 Por que Escrevi Esse Livro

2 Uma vocação para o desenvolvimento, obstruída pela timidez de gestão e estratégia

3 A Crise que Precisamos Superar no Setor Público : Enfrentando os Corporativismos

4 O RS e a Nova Economia do Desenvolvimento – Entendendo quem foram e quem são os nossos Pares na Economia Mundial

5 Como Entrar (Tardiamente) na Economia do Conhecimento

6 O Fundo RS Futuro, ou RS 2020 : Recursos para a Reversão Econômica Tecnológica

7 O Choque Urbano em Porto Alegre e Fortalecimento dos Pólos Regionais no Interior

8 Os mitos do agronegócio e caminhos para reversão

9 Educação: o Núcleo da Transformação

10- Inteligência Estratégica para Formular, Convergência Política para Implementar : Pacto de Governança é Imperativo

Referências Bibliográficas

1 – Por que Escrevi Esse Livro

- Por que precisamos romper com o atraso que nos prende a uma realidade muito aquém de nosso potencial.
- Por que as novas gerações precisam ter projeto, visão de futuro e confiança no Rio Grande.
- Por não acreditar que um estado com a importância do Rio Grande do Sul, na formação da economia, política e cultura brasileira, tenha abdicado do direito de sonhar com o futuro, de construí-lo e de se desapegar dos mitos que construíram seu atraso por tantos anos.
- Por acreditar na economia do conhecimento e cognitiva – as condições do Rio Grande que como território de renda média assemelha-se, em alguns aspectos, a territórios do leste europeu e Europa mediterrânea.
- Por não admitir que continuamos a exportar uma boa parte de nossos melhores recursos humanos, sendo que não poderíamos prescindir deles.
- Por não admitir a condescendência com a mediocridade, com o fato de ser levado a reboque, de ser periférico, de conviver com situações tidas como intransponíveis.
- Por acreditar na federação e na vocação brasileira, e no papel do Rio Grande na política e economia nacional.

2- Uma vocação para o desenvolvimento, obstruída pela timidez de gestão e estratégia

O empobrecimento relativo econômico, cultural ou político tem as mesmas raízes: a incapacidade de adaptar-se às mudanças do mundo e o apego a práticas, valores e crenças de um arranjo institucional e cultural formatado para outros tempos e interesses. Basta olharmos para a Argentina. Os argentinos estiveram por décadas plenos de atitude, altivez e rica retórica. E isso em nada lhes adiantou. Os vícios do estatismo, radicalismo político e conservadorismo econômico os estrangulou, cruelmente, aos poucos.

Um fenômeno gaúcho difícil de explicar é a incapacidade de regenerar-se, de avançar, de incorporar as mudanças do mundo com uma lógica capitalista moderna. Grande parte das questões econômicas que encontramos em discussão na mídia do Estado são idênticas àquelas anteriores à primeira metade deste século, às vezes misturadas a uma visão bucólica de economia agropastoril que beira o quixotesco. Os investimentos na manutenção de antigos privilégios, a não-renovação da classe empresarial, a dependência de atividades de baixo valor agregado e commodities não formaram poupança ou massa crítica para impulsionar industrialização mais sofisticada, internacionalização e uma sociedade do conhecimento.

Os números não mentem: o Rio Grande perdeu o rumo, e já há algum tempo.

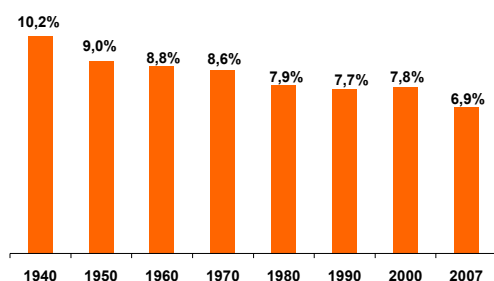
Pode-se argumentar que em alguns momentos conseguimos crescer na mesma média do Brasil, ou até acima – o que, na maioria do tempo, não é verdade. Mas a realidade é que nos apequenamos ao não criar nenhum mecanismo de desenvolvimento acelerado, ao não afirmar internacionalmente nenhuma vocação, ao não participar ativamente em nenhum dos grandes vetores de transformação da economia mundial. Tínhamos alguma obrigação em fazer isso? Não.

Tínhamos oportunidade de fazer isso? Sim.

Alguém proporcionaria isso ao Rio Grande gratuitamente? Dificilmente.

Houve algum impedimento grave de liderarmos um processo diferenciado no sentido de plataforma regional? Há no atual momento, e nos últimos anos, a crise econômico-financeira do Estado, causada exatamente por essa dificuldade de adaptação ao mundo na nossa volta.

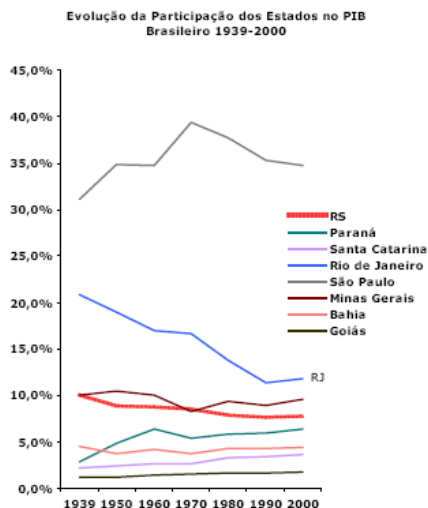
Participação do RS na Economia Brasileira



É bom pensar que a manutenção de bem-estar, o que uma geração entrega a outra, não é apenas um número comparativo absoluto, mas a manutenção ou ampliação de uma posição relativa no País e no mundo. Nesse quesito, o Rio Grande do Sul vem se apequenando, relativamente, há quase quarenta anos.

A tendência de redução da participação do Rio Grande na economia brasileira é o mais gritante indicador de que nossa estratégia e

gestão econômica de médio e longo prazo não tem sido bem sucedida. Até mesmo o limite de 8% de participação na economia nacional, que vínhamos mantendo desde o final da década de 70 aos trancos e barrancos, caiu. Na história do Brasil é comum vermos Estados, com sua participação econômica oscilante, dependendo das condições da economia mundial, das características da sua matriz produtiva, etc... Até mesmo São Paulo vem administrando uma lenta e gradual queda.



A decadência econômica do Rio de Janeiro no período 1960-1990, por exemplo, foi bem mais pronunciada do que a de qualquer outra região brasileira. A diferença é que o abismo fluminense, ainda que muito mais grave que o gaúcho, tem sido revertido nos últimos anos, o que não é o caso do Rio Grande. O indicador macroeconômico é simplista, mas é o que melhor explica as idas e vindas do padrão de vida da população. A partir de atributos mais favoráveis, a estratégia e gestão adotada para o Rio Grande foi menos eficaz e eficiente do que a adotada para a média brasileira, e para outras regiões do mundo com atributos semelhantes. Isso é fato.

Argentina e França, lições a aprender

Não é à toa que podemos nos comparar, salvo as proporções e as possibilidades de política macroeconômica de um território nacional, a regiões como a Argentina e França. Que não são, em absoluto, territórios economicamente desprovidos de grandes qualidades. Seus números absolutos, de manutenção de padrão de vida, ainda são bastante razoáveis, como são os do RS. São países que mantêm, cada um em seu contexto, uma situação digna em suas regiões. Mas não resta dúvida de que são territórios que se perderam em alguns aspectos da dinâmica do desenvolvimento, que estão hoje correndo atrás do prejuízo, da manutenção do padrão de vida relativo de sua população.

RS, a França do Brasil?

Mas a França sucumbe, principalmente, pelo estatismo e pelo conservadorismo, marcado por uma fuga incessante em encarar de frente as reformas do Estado e da previdência que outros países europeus já realizaram há anos. O corporativismo estrangula as tentativas de reforma. A França tem a maior proporção de funcionários públicos dentre os países da OCDE (25% da população ativa) e uma das maiores cargas tributárias dentre os países industrializados.

Argentina

Para o sociólogo Juan Sebrelli¹, atrás da deterioração sócio-econômica da Argentina está a deterioração da atividade política e o apego exagerado a tradições na economia.

¹ Juan José Sebrelli, sociólogo de referência na Argentina, em obras como *Criticas de las ideas políticas argentinas* e suas colunas no jornal La Nación critica sistematicamente o conservadorismo econômico, a vulgarização da política e a inexistência de um projeto de futuro para o seu país.

Para Sebrelli, a sociedade argentina fugiu da política, deixando-a entregue a chefetes regionais, demagogos desqualificados e corruptos. A massa crítica, intelectual e profissional não se manifestou, ou se refletiu, na vida pública. Como resultado: a recorrência aos vícios do populismo e ilusionismo. O setor público argentino é hoje sensivelmente mais atrasado do que o brasileiro. A economia ainda depende muito do setor agropecuário. De bons IDHs (Índice de Desenvolvimento Humano) o inferno econômico está cheio. O bom nível cultural e educacional da Argentina não os salvou da perda de rumo. Faltou um mínimo de estratégia e qualificação de lideranças políticas.

Por que acontecem esses descompassos?

Não há de se menosprezar os líderes que construíram a história, cultura e economia do Rio Grande, seja como planejadores, seja como empreendedores. Pelo contrário, no período em que perdemos peso relativo no Brasil e no mundo o Rio Grande do Sul teve um papel preponderante na política, nas artes e na cultura do País. Mas perdeu espaço na economia, e logo em seguida, influência no País, algo muito grave exatamente em um momento em que o Brasil vive uma fase de projeção. Por quê?

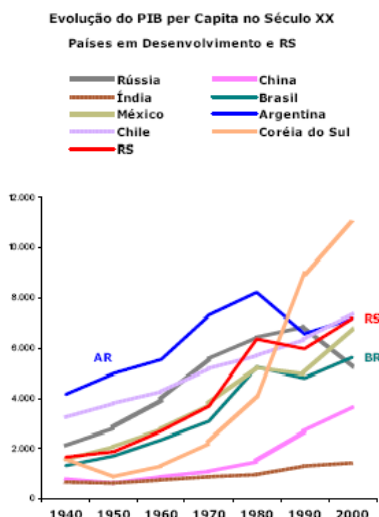
Por que nossos líderes são ou foram totalmente despreparados? Com certeza, não.

Devido ao caráter conservador de nossa cultura econômica? Aí pode estar uma pista mais consistente. Desde o lema positivista do “conservar melhorando”, a conservação das atividades econômicas existentes tem sido a prioridade da inteligência empresarial e política gaúcha, e não a ampliação do seu universo de atividades, com a atração de novos atores, novo capital e oportunidades diferentes para as novas gerações.

A timidez na estratégia e conservadorismo na gestão, salvo raros lampejos, subestimou nossas reais condições para o desenvolvimento, e continua a fazê-lo, ainda que diante de condições muito mais difíceis e competitivas do que em anos anteriores.

A maior dificuldade, no entanto, não é de ordem técnica – nos sobram excelentes profissionais das áreas econômica e de gestão, que têm implementado programas bem sucedidos no Rio Grande e Brasil afora; nem de iniciativas – já foram lançados, com sucesso, o Pacto pelo Rio Grande, a Agenda Estratégica- o RS que Queremos das entidades empresariais e inúmeras tentativas de concertação. O problema principal é a desunião das lideranças empresariais e políticas em torno de um projeto convergente para o Estado, um projeto que receba a conjunção dos melhores recursos disponíveis no Rio Grande – seja financeiros, humanos, ou de mobilização política.

Como e quando perdemos o rumo?



Em um cálculo que elaborei a partir de número do IBGE, apurei que a economia brasileira em 2007 equivale a 4,25 vezes o tamanho da economia do País em 1970. A economia gaúcha, por sua vez, equivalia no ano de 2007 a apenas 3,31 vezes a sua dimensão em 1970. Comparativamente, nesse período, o Chile cresceu menos que o RS (3,11 vezes), ainda que com uma performance excepcional nos últimos 20 anos, e a Coréia do Sul teve sua economia ampliada por 12,5 vezes.

A comparação, quando falamos de desenvolvimento econômico real e sua contribuição para o dia-a-dia das pessoas, sempre deve ser feita de uma dinâmica a outra, e não de uma situação estática em relação a outra.

Ou seja, é como se tivéssemos “um ciclo” inteiro a menos incorporado ao nosso nível de bem-estar do que a economia média do Brasil nas últimas quatro décadas. Não é de se admirar a dificuldade dos gaúchos, principalmente jovens, em encontrar bons empregos, ou a própria crise financeira do Estado.

Crescimento econômico acumulado em diferentes períodos - RS, Brasil, Coréia e Chile

	RS	Brasil	Coréia do Sul	Chile
1950 a 1970	254,5%	271,0%	291,5%	113,0%
1970 a 1980	104,3%	122,4%	121,9%	28,4%
1980 a 1990	8,4%	13,7%	145,6%	32,0%
1990 a 2000	26,7%	25,2%	80,4%	80,6%
2000 a 2007	17,9%	34,3%	37,9%	34,5%
Tamanho da Economia 2007/1970	3,31	4,25	12,5	3,11

Fonte: Cálculos do autor sobre números do IBGE, FEE, Un Siècle d’Economie e Indexmundi

Quando realizamos comparações com o Brasil, realizamos uma comparação “pé-no-chão” com a realidade. No entanto, quando nos comparamos rapidamente (e apenas parâmetros gerais e macro) com outros países com que competimos, em determinados períodos da história recente, conseguimos medir o quanto poderíamos ter melhor participado da economia mundial. Ou, pelo menos, mantido uma posição um pouco superior à média brasileira, por empreender na atração de investimentos e criação de um ambiente apropriado para negócios.

O jogo em que continuamos a correr atrás do resultado, isso fica óbvio, foi jogado, e perdido, nas décadas de 80 e 90. Em 1980 o RS ainda tinha uma renda per capita equivalente à Coréia do Sul, ao Chile e à antiga União Soviética. Se o período foi nefasto para a economia brasileira, foi ainda pior para a economia gaúcha, que perdeu grande parte do seu “motor”, as empresas médias de constituição familiar, durante esses duas décadas, em um processo cruel de depuração, em meio a uma montanha-russa cambial e regras macroeconômicas caóticas. Não é à toa que nesse período nos distanciamos dos eixos dinâmicos da economia mundial.

Os investimentos do final da década de 90: General Motors e outros

No período seguinte, que na realidade começa na segunda metade da década de 90, o Brasil não apenas iguala o padrão de crescimento e atração de investimentos de outros países dinâmicos, mas vive-se um raro momento: o Rio Grande é um dos Estados brasileiros mais assertivos na atração de investimentos. Nesse período, conseguimos a General Motors, a Dell e a Ford. A decisão vem principalmente de uma leitura correta da conjuntura e da necessidade de repor peças da nossa economia, combalida pelos anos 80 e 90.

Mesmo assim, e com a não-concretização da vinda da Ford, algo simplesmente inacreditável no contexto atual e mais ainda no contexto da época, o Rio Grande patinou seriamente durante essa primeira década do século XXI, a seguir os equívocos de estratégia de desenvolvimento do governo que sucedeu ao de Antonio Britto e à má-sorte de seguidas estiagens que prejudicaram as safras agrícolas. Outra parte se deveu à impossibilidade do governo do estado do Rio Grande do Sul de realizar investimentos, principalmente nos primeiros anos do governo Rigotto (2003-2006). Nesse período, crescemos praticamente metade do que o Brasil cresceu, em um contexto de agravamento crescente das finanças estaduais.

Restou ao governo Rigotto a retomada das funções vitais do governo estadual e a atração - bem sucedida, é bom que se diga - de novos investimentos âncora, em um contexto menos favorável do que havia sido no período de Antonio Britto (1995-1998). Destaques para os pólos naval e leiteiro, e os investimentos da Stora Enso e VCP na atividade de papel e celulose, na Metade Sul e Fronteira Oeste do Estado.

O verão indiano da economia gaúcha – 2006 e 2007

No ano passado, em meio à crise política em torno da não-aprovação do pacote de medidas proposto pela governadora Yeda Crusius, surgiu, enfim, uma boa notícia: a economia do Estado cresceu 7,0%, resultado inédito em 14 anos. Esse crescimento serviu como argumento, correto, de que a economia não se encontrava totalmente estrangulada e sem recursos, e que seria possível direcionar, emergencialmente, mais recursos ao setor público.

A recuperação que aconteceu foi, no entanto, meramente conjuntural e cíclica, vinculada ao aumento do preço das *commodities* agrícolas e ao desempenho excepcional da agricultura após um período difícil de estiagem nos anos de 2003 a 2005. Foi uma recuperação, em escala menos dramática e salvas as proporções, parecida com a da Argentina nos anos que sucederam a crise dos anos 2000 e 2001.

Seria ótimo se esse tipo de performance se repetisse por um bom período de tempo, permitindo maior flexibilidade às reformas que se tem buscado no governo de Yeda Crusius. No entanto, é mais sensato comparar o excelente resultado do ano de 2007 ao “verão indiano” – *Indian Summer*².

A tendência é que o Rio Grande volte à mesma trajetória média, de crescimento um pouco abaixo à média brasileira, melhorando à medida que vão sendo incorporadas mudanças à matriz produtiva, com a incorporação de novos investimentos produtivos.

Até que ponto o rumo do RS é determinado pela macroeconomia do País?

Já ouvi argumentos de profissionais sérios de que uma política regional de desenvolvimento para o Rio Grande seria muito difícil sem a vertente de política macroeconômica, pois estamos atrelados à macroeconomia brasileira, que é pensada para o agregado do território nacional. Isso é uma meia verdade.

² termo utilizado para os períodos prósperos que são fortuitos ou fugazes.

É verdade que os grandes instrumentos de crédito, câmbio e política industrial estão vedados em uma política regional. Mas há espaço para flexibilidade na política tributária estadual, na constituição de fundos, e, principalmente, no uso dos grandes instrumentos estaduais de política pública – educação, ciência e tecnologia e infraestrutura. Como estratégia central e dependente de todos esses fatores, a atração de investimentos e reconversão econômica.

Uma política regional ativa de desenvolvimento necessita de um quesito básico: recursos financeiros. Uma vez que haja disponibilidade de recursos, ou seja, capacidade de investimento na esfera estadual, não há porque não se buscar uma política agressiva de reconversão econômica.

Paralisia econômica vs. Crise financeira do Estado: causa ou consequência?

Falou-se muito que a economia do Estado teria um dinamismo próprio, e nossos problemas estariam limitados à questão da crise das finanças estaduais. Que o Estado e as finanças estaduais seriam um entrave à economia gaúcha. Superada essa fase, poderíamos entrar em um caminho de prosperidade. Já vimos que o dinamismo intrínseco da economia gaúcha é bastante relativo.

É acertada a afirmação que, sem resolver a crise das finanças públicas, não vamos a lugar nenhum. Não é possível assegurar desenvolvimento de médio e longo prazo sem a recuperação da capacidade de investimento.

Mas, ao contrário do que se imagina, não foram apenas o corporativismo e o conservadorismo que sepultaram a capacidade de investimento e sucatearam o Estado gaúcho, mas a própria decadência relativa da nossa economia. O Estado gaúcho como conhecemos hoje foi planejado em uma época de maior consistência econômica, principalmente no período entre as décadas de 1950 a 1970. Posteriormente, as aspirações econômicas não se concretizaram na escala em que deveriam acontecer ou não soubemos buscar os novos vetores de crescimento da economia mundial. Desde 1970, crescemos quase um ciclo inteiro a menos do que a média da economia brasileira. Como resultado, passamos a ter um Estado superdimensionado em relação à estrutura econômica que o suportava. O quadro de resultados das finanças estaduais vs. PIB da década de 80 não deixa dúvida.

A resposta para a causa da inércia econômica projetada, e para a tendência natural da economia gaúcha em direção à paralisia relativa é óbvia, e urgente: apenas a agregação de choques positivos externos, com a atração de investimentos âncora, consegue compensar e reverter essa tendência. Apenas o enxugamento da despesa pública, ou o acerto da conta pública não são suficientes. É necessária uma economia diversificada e consistente suportando o setor público. E, obviamente um setor público que sirva ao desenvolvimento do Estado, e não apenas a suas corporações.

Por isso, para ganhar robustez econômica, foi trazido o Pólo Petroquímico de Triunfo, no final da década de 70/início da década de 80, os investimentos como General Motors e Dell durante o governo Britto e os novos investimentos no período Rigotto e Yeda.

A relação entre o setor privado e os Governos

O relacionamento entre o setor privado gaúcho e o governo do Estado tem sido majoritariamente focado na batalha fiscalista, com a polarização entre o empresariado, buscando competitividade, e o Estado arrecadador, buscando receita, e não no empreendedorismo. A conjunção de projeto entre o setor privado e o governo, algo comum no mundo desenvolvido e principalmente nas regiões e países emergentes que puxam o desenvolvimento, é algo ainda visto com reserva no Rio Grande, como se as relações público-privadas fossem necessariamente promíscuas ou sujeitas a favorecimentos de ambas as partes.

Relatório Sayad

O relatório Sayad, encomendado pela FIERGS ao ex-ministro do Planejamento João Sayad, no final da década de 80, marcou a primeira grande iniciativa do setor privado para contribuir a uma atuação mais ativa do Governo do Estado e à resolução da crise financeira, que já àquela época era tida como "incontornável". O tema principal do trabalho era a modernização do setor público gaúcho. O principal objetivo era – adivinhem – a recuperação da capacidade de investimento do Estado. Ali estavam sugeridas a unificação operacional do Banrisul e da Caixa Econômica Estadual, e a discussão sobre a queda de arrecadação, que tornou o Estado insolvente a partir de um período de menor crescimento econômico, a década de 80. A economia parou, mas as despesas do governo estadual continuaram a crescer.

Ali estavam recomendações difíceis, mais importantes no contexto da época: a transferência da CRT (Companhia Riograndense de Telecomunicações) para o Sistema Telebrás, a participação da iniciativa privada nos investimentos das estatais, a unificação de um estatuto para o funcionalismo público. Sayad, um especialista em finanças públicas, longe de ser facilmente rotulado como "neoliberal", concluiu, com técnica apurada, o que grande parte das lideranças gaúchas mais lúcidas já sabiam.

Das medidas, algumas acabaram sendo implantadas muito mais tarde, outras nunca foram implementadas, porque as circunstâncias mudaram, ou não houve condições políticas. O mais importante é que esse relatório marcou uma primeira colaboração mais ampla de conteúdo do setor privado ao governo do RS. O contexto daquela época, no entanto, não ajudou. Apesar da boa vontade do governo estadual, ainda eram fortes entre formadores de opinião os muxoxos de "influência privada na coisa pública" e tentativas de "desmonte da máquina pública".

Mais tarde aprendemos que o desmonte mais cruel de todos é o desmonte involuntário, o desmonte que se dá por inércia, por descaso.

A Agenda Estratégica RS 2020 e o Pacto pelo Rio Grande

Um dos grandes avanços em termos de formulação que o Rio Grande conseguiu foram nos anos de 2005 e 2006

A formulação de estratégias estaduais não é totalmente inédita, principalmente no período que vai do ano 2000 até a atualidade. Foi assim no Espírito Santo, estado que formulou e persegue uma estratégia bem-sucedida de transformação, em Minas Gerais a partir da retomada da capacidade de investimento do governo estadual, com

destaque para o Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, liderado pela FIRJAN (Federação das Indústrias).

Nenhum desses processos foi tão amplamente discutido e contou com participação tão diversa na formulação quanto a Agenda Estratégica RS 2020, liderada pelas entidades empresariais gaúchas. Em termos técnicos, o que se produziu é de excelente qualidade, e ali estão estratégias, que, uma vez adotadas em um contexto positivo, podem impulsionar o RS a uma situação mais favorável daqui há dez, doze anos.

O que é preocupante não é o conteúdo da Agenda Estratégica, muito pelo contrário- é que já se passaram três anos de sua formulação e os projetos ainda precisam de maior impulso. Uma boa parte desses projetos fazem parte dos programas estruturantes do governo Yeda Crusius. O mais importante é que esses tenham recursos, gestão, e, principalmente, continuidade nas próximas administrações.

Mas é óbvio que a escala e dimensão prática desses projetos ainda são tímidas para a escala dos desafios de transformação do Rio Grande, na cara que queremos para o nosso futuro. O motivo? A falta de recursos necessários para que os programas tenham o impacto e a velocidade de implementação adequados. Também não há uma união, um consenso em torno de um projeto de desenvolvimento, como poderia e deveria acontecer. Não é ingenuidade. Isso acontece em outros Estados brasileiros. Não é necessário o consenso em todos os pontos, mas nos grandes pontos de convergência.

A Assembléia Legislativa, por sua vez, liderou o Pacto pelo Rio Grande. Ali constam importantes avanços para a reforma institucional do Estado gaúcho, entre os quais a instituição de tetos salariais, a revisão sobre aposentadorias e acúmulos de vencimentos. No entanto, o Pacto também não foi levado à letra, embora permaneça como importante referência.

Nessa discussão, passou-se ao largo de um fator importante: a necessidade de financiamento através da constituição de fundos destinados exclusivamente à construção do futuro, à reconversão econômica e educação tecnológica. Tratarei desse assunto nos capítulos 4 e 5.

Dez anos de atração de investimentos âncora: sucesso interrompido?

Há cerca de dez ou doze anos atrás, iniciou-se a estratégia de reconversão econômica do Estado, em meio aos primeiros reflexos positivos da estabilização pós-Plano Real e as privatizações no Brasil.

Quem lembra da carteira de investimentos durante o governo Britto, lembra de investimentos apontados para o Estado que incluíam reflorestamento, indústria automotiva, autopeças e metal-mecânica, informática e agronegócio.

Daquela ampla carteira, alguns se concretizaram. Outros, ficaram apenas nos planos. Seja por problemas regulatórios, seja pela crise asiática, seja pela descontinuidade no poder que abateu em vôo a montagem de um complexo de tecnologia da informação, além da Ford.

Nos anos que se seguiram, as prioridades da política de desenvolvimento econômico do governo gaúcho mudaram: voltaram-se para a agricultura familiar, o estímulo aos arranjos produtivos locais e a atração de investimentos privados de grande porte ficou

em segundo plano, em um movimento estratégico no mínimo equivocados para o momento internacional. A imagem que ficou foi de um Estado hostil a investidores externos, principalmente após o episódio da Ford.

A partir do governo Rigotto, e, principalmente, na sua segunda metade, foi possível retomar, parcialmente, a política de atração de investimentos. As prioridades setoriais foram diferentes, diante das oportunidades que se descortinavam na época: setores naval, florestal e leiteiro, principalmente. Não se conseguiu fazer decolar uma indústria de alta tecnologia no Estado. Para isso, é necessária uma vontade política muito forte e disponibilidade de recursos. O que não era o caso naquela época, sequer hoje.

Recentemente, houve uma certa celeuma no Estado pelo fato de termos “perdido” a montadora da Toyota para São Paulo. É verdade que o Rio Grande poderia ter vencido a disputa, mas é bom também pensar que a conjuntura de 2008 está longe de ser a mesma de dez anos atrás. Outros Estados souberam organizar-se, e também entender a importância desses investimentos, como o Paraná na área automotiva.

Mais importante do que continuar a atrair novos investimentos é rapidamente concretizar os investimentos que capturamos, minimizando atrasos, entraves burocráticos e impasses políticos, que trazem incerteza ao investidor.

Enquanto uma planta industrial não é inaugurada ou entra em operação, não pode ser considerada como efetivamente atraída para o Rio Grande. E um atraso, em um mundo de mudança de conjuntura econômica e arranjos setoriais, pode significar a perda definitiva de empregos, impostos, e, principalmente atividade econômica.

Por que devemos acreditar em nosso futuro: uma mensagem de otimismo e desafios

Mesmo diante da perspectiva de mudanças significativas por conta da crise econômica mundial, da desaceleração da economia e paralisação dos investimentos, há motivo para os gaúchos manterem um certo otimismo no médio prazo: ao contrário do Brasil como federação, que terá que virar a “chave” do seu setor público buscando a contenção de despesas diante de um quadro de possível estabilização ou diminuição da arrecadação, no Rio Grande esse movimento de preparação para um tempo de intempéries já havia, por sorte, se iniciado. Mesmo que a recuperação das finanças seja mais lenta, por conta de uma diminuição na arrecadação, o Rio Grande é pego mais preparado do que estava anteriormente, e já com alguma capacidade de investimento.

Por outro lado, a volta do equilíbrio cambial (se voltarmos a nos situar na média histórica brasileira, em torno de 2,50: 1) traz possibilidade de recuperação a alguns setores exportadores gaúchos. No entanto, se a crise adquirir características de recessão mundial, ou, pior ainda, depressão, não há muito que se fazer. Ou melhor, há: adotar uma estratégia para minimizar os efeitos nocivos, e preparar o Estado para uma posição estratégica mais vantajosa em um novo momento positivo da economia mundial, que invariavelmente virá após alguns anos.

Ou seja, não há desculpas para desacelerar a estratégia de recuperação das finanças estaduais, da capacidade de investimento e de reconversão, ou reinvenção econômica: muito antes pelo contrário. Em um tempo de crise, a oportunidade é fazer da urgência em mudar uma forma de mobilização para que sejam abandonadas estratégias que

RS, Sem Medo do Futuro – Gustavo Grisa – fevereiro 2009
Cópia para download dos capítulos 1 e 2
Informações sobre distribuição no site www.gustavogrisa.com.br

historicamente não dão certo. E talvez realizar reformas mais profundas no Estado gaúcho, mantido sempre o bom senso e o sentido histórico das coisas.

Nos próximos capítulos, vou tentar trazer algumas sugestões e discutir alguns aspectos importantes para o futuro do Rio Grande, com ou sem agravamento da crise econômica: o enfrentamento aos corporativismos no Estado, a priorização da construção de uma economia mais sofisticada tecnologicamente, de uma estratégia de integração regional, de reconstrução do agronegócio e a engenharia financeira por trás desses arranjos.

Não há gestão e política de desenvolvimento que funcione sem uma articulação política eficiente e participação efetiva da comunidade econômica e sociedade na busca das soluções. Não há mágica, não há coelhos a serem tirados da cartola. Há uma necessidade do Rio Grande, como um conjunto, de perceber melhor os movimentos do mundo, melhorar a sua estratégia, e, principalmente, executar essa estratégia, com os recursos que tem e com crédito a quem trabalha para mudar essa realidade.

É algo possível e muito provável, até, se todos os governos do Estado, bancadas estaduais e federais, prefeitos dos principais municípios e lideranças empresariais e da sociedade trabalharem, com maior ou menor velocidade, com nuances diferentes, mas nas grandes linhas de um projeto de futuro bem definido. Assim fazem as regiões que dão certo no mundo, e não há motivo racional que demova o RS de fazer parte desse grupo, seja hoje, seja em um futuro próximo. E esse futuro se constrói a cada dia, com união de INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA- ESTRATÉGIA – AÇÃO.

Sem ressentimentos. Com objetividade.